

MARTE VIVA

Director: ALFREDO CASAL RIBEIRO

SEMANARIO

ANO XI N.º 509 — PREÇO 17\$50 — 15/1/87

abrir

Ano Europeu do Ambiente

A Comunidade Económica Europeia elegeu 1987 como o Ano Europeu do Ambiente, a começar em 21 de Março. A Comissão Nacional Portuguesa, a funcionar em Lisboa, no sentido de alertar os portugueses para os problemas ambientais, está já a preparar uma campanha de informação a iniciar pelas escolas e outros estabelecimentos de formação, sensibilizando, para o efeito, os mais jovens.

A preservação do ambiente deve ser uma das prioridades da época em que vivemos, pois que a poluição tem-se sentido a vários níveis, afectando grandemente a saúde das populações.

Que posição será assumida pelas autarquias locais face ao conjunto de medidas que a Comissão Nacional para o Ano Europeu do Ambiente irá por certo apresentar ao País, no sentido de levar a população a reflectir sobre os problemas que prejudicam o meio ambiente?

Quando um ano é considerado um ANO de lembrança de qualquer coisa, é sinal de que se quer trazer à memória algo que, apesar de importante, as pessoas vão esquecendo, tal é a agitação com que hoje se vive. Mas, quando se atribui a qualidade disto ou daquilo, aos anos e também aos dias, poderá correr-se o risco de ser banalizado o que se pretende comemorar, quedando-se os resultados apenas pelas boas intenções.

Oxalá não venha a ser este o caso, para bem do nosso ambiente e qualidade de vida.

CENTRO SOCIAL LUSO-VENEZOLANO

Lançamento da primeira pedra de uma obra impar em Portugal



Empreendimento de grande envergadura, o Centro Social Luso-Venezolano vai ser, dentro em breve, uma realidade.

Situado a 3 km. de Espinho (no prolongamento da Rua 19) na estrada 326, mais propriamente no lugar da Portela, Nogueira da Regedoura, o projecto que ocupará uma área total de 7.600 m², vai arrancar dentro de pouco tempo com a 1.ª fase.

As cerimónias do lançamento da primeira pedra, que marcará o início da construção do edifício-sede do referido Centro, tiveram lugar no passado sábado.



— PÁGINA 3

ZONA DE JOGO

Recuo do PS mas autarquia quer ser ouvida

assembleia municipal

— PÁGINA 4

Análise, um ano depois

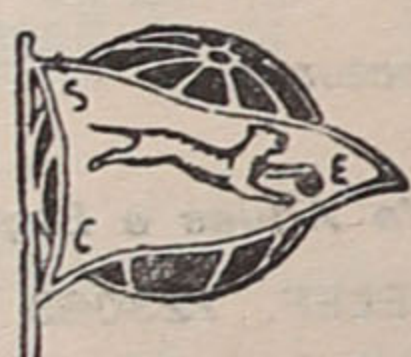
«LITO» GOMES
ALMEIDA PONTO
POR PONTO

— PÁGINA 5

EM CONFERÊNCIA DE IMPRENSA:

PCP esclarece projecto de regionalização

— PÁGINA 2



VITÓRIA ESPECTACULAR FRENTE AO TIRSENSE

EM CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

PCP esclarece projecto de regionalização

Promovido pela Organização Distrital do PCP, foi realizada uma conferência de imprensa sobre o Projecto de Regionalização dos comunistas e que teve a presença de Zita Seabra, deputada por Aveiro, e de João Amaral, presidente da Comissão Parlamentar para o Poder Local, na Assembleia da República.

Os dois deputados comunistas explicaram os objectivos do Projecto de Regionalização do PCP, cabendo a Zita Seabra falar sobre as incidências específicas no distrito de Aveiro e a João Amaral sobre as implicações gerais para o desenvolvimento do País.

Reivindicaram o mérito de, com o seu projecto de regionalização, terem feito despoletar

OUVIR

Regionalização está na ordem do dia. Os projectos apresentados pelos partidos têm diferenças consideráveis.

A delimitação das regiões é certamente a questão mais discutível e depende do parecer das Assembleias Municipais, o que é muito importante mas representa grande responsabilidade.

Embora a Assembleia Municipal seja legítima representante da população de Espinho, cremos que em caso de tanta influência para o futuro e desenvolvimento do Concelho, seria aconselhável um debate aprofundado e uma audição alargada e explicitada sobre este problema, o que motiva esta nossa sugestão:

— Que a Assembleia Municipal promova reuniões com deputados de todos os partidos proponentes dos projectos de regionalização, para os debater em profundidade;

— Que representantes das forças políticas, na Assembleia, reünam com representantes de instituições locais como a Associação Comercial, colectividades desportivas, culturais e recreativas, Bombeiros, Hospital, Centro de Saúde, Jornais, Rádios, etc.

Cremos que depois da audição e discussão deste problema com representantes destas instituições, os senhores deputados municipais estarão mais aptos e mais à vontade para tomar decisões sobre tão magno problema.

Aqui fica a sugestão.

a discussão nas Assembleias Municipais, o que obrigou a que a disposição constitucional entrasse numa fase irreversível de concretização, forçando os vários partidos a apresentar os seus projectos e a calendarizar na Assembleia da República as várias fases de discussão do processo. Deste modo a regionalização deixou de ser apenas uma «bandeira eleitoral dos partidos» para usar em períodos eleitorais.

Os deputados chamaram a atenção para o facto de o seu projecto partir da realidade existente na Administração Portuguesa há mais de 150 anos, que são os distritos, como base da regionalização, mas sem tirar a possibilidade de serem os concelhos a decidir sobre a continuação na mesma região ou a sua integração noutra. A decisão final será das Assembleias Municipais, como representantes das populações, contra as quais, fizeram questão de acentuar, não seria possível fazer a regionalização.

Disseram também que os receios expressos por alguns partidos (talvez para atrasar o processo) de que a regionalização provoque «guerras» locais entre as populações, são admissíveis se houver insistência na criação de regiões, riscando-as no mapa de Portugal sem ter em conta as realidades existentes e a vontade das populações, como parece acontecer nos projectos já conhecidos e das intenções manifestadas relativamente a outros que são aguardados.

Na opinião dos deputados comunistas estes perigos não existem no projecto do PCP, precisamente porque parte de uma realidade sujeita a confirmação popular através das Assembleias Municipais, como determina a Constituição.

No período de perguntas e respostas, ressaltou a preocupação de estarem a ser montados «apressadamente» serviços oficiais que poderão vir a inviabilizar, ou pelo menos dificultar, a regionalização, como seria o caso da instalação em Coimbra de Serviços Públicos para os quais Aveiro estaria mais vocacionado pelas potencialidades da região.

Segundo os deputados comunistas, até isto faz com que seja urgente a regionalização, para a defesa da unidade e desenvolvimento do distrito de Aveiro e das suas populações.

CÂMARA UM ANO DEPOIS

PSD: — Actuação positiva do executivo

Numa análise sintética, mas claramente objectiva, a Comissão Política Concelhia de Espinho do PSD, pensa que a acção desenvolvida pelo Executivo Camarário no primeiro ano do seu mandato se tem pautado por uma actuação positiva, atendendo mesmo a que terá sido um período muito curto para uma observação mais profunda e que foi destinado ao planeamento e programação de estratégias próprias da gestão dos interesses das populações do Concelho.

Durante o primeiro ano do mandato notou-se que houve situações de reestruturação de serviços considerados fundamentais, isto é, da atribuição dos pelouros respectivos, bem como do levantamento de todas as

situações inerentes as mesmos. Será de realçar na acção do Executivo Camarário:

1.º Elaboração, preparação e apresentação de um orçamento para o ano de 1987 em que 2/3 das despesas previstas são destinadas ao investimento, com os inerentes benefícios sociais e económicos para o Concelho.

2.º Desbloqueamento das «taxas» da feira semanal de modo a que as receitas recolhidas aumentem consideravelmente e posteriormente aplicadas em benefícios concelhios.

Em conclusão geral, esta Comissão Política, congratula-se com a acção dinâmica e eficiente do Executivo Camarário durante esta primeira etapa do seu mandato.

BANDA DE MÚSICA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ESPINHO Convocatória

Conforme o artigo 47.º dos Estatutos, convoco uma Assembleia Geral Ordinária para a eleição dos Corpos Gerentes para o biénio de 1987/1988, para o dia 17 de Janeiro pelas 21,30 horas. Caso não comparem o número legal de sócios conforme determinam os Estatutos, a Assembleia reunirá com qualquer número de sócios no dia 24 de Janeiro à mesma hora acima indicada (21,30), com a seguinte ordem de trabalhos:

- Eleição dos Corpos Gerentes
- Alterações dos Estatutos
- Tratar de qualquer assunto de interesse para a Colectividade.

O Presidente da Assembleia Geral
Filipe Rodrigues Vitó

NOTA — A Assembleia terá lugar no Salão Nobre dos Bombeiros Voluntários de Espinho.

maré viva

SEMANARIO

Director:

Alfredo Casal Ribeiro

Chefe de Redacção:

Abílio Adriano

Redactores:

Filomeno Oliveira
Maria Martins

Colabor. da Redacção:

Henrique Gomes
Henrique Santos
Morais Gaio
Nunes Carneiro
Rafael Tormenta

Colaborador Especial:

Carlos P. Morais

Colaboradores Locais:

Fausto Neves
Joaquim Fidalgo
Jorge Carvalho
Luís Costa
M.ª Alice Casal Ribeiro
Victor Sousa

Outros Colaboradores:

Agostinho Chaves
Álvaro Costa
Carlos Magno
José Queirós
Luísa Bessa
Manuel Neto da Silva
Manuel Pinto
Manuel Tavares

Reportagem Fotográfica:

Clara Pinheiro

Paginação:

Augusto Mota
António Gaio
Henrique Ferreira

Propriedade da Nascente

Coop. de Acção Cultural
Rua 62, 251 - Telef. 721621

Composição e Impressão:

Coop. Gráfica Espinho, C.R.L.
Rua 14, 903 - Telef. 721018

Redacção:

Rua 62, 251 - 4500 Espinho
ou Apart. 43 - 4500 Espinho
Telef. 721621

Assinatura semestral:

380\$00

Assinatura anual:

700\$00

Depósito Legal: 2048/83

Tiragem deste número:

2.000 exemplares

RENDAS DE CASA

Factores de correcção para 1987

A Portaria 648-A/86 de 31 de Outubro, fixou os factores de correcção extraordinária das rendas habitacionais, a aplicar no ano civil de 1987 (2.º ano de correcção extraordinária), bem como os factores acumulados, resultantes da correcção feita nos dois primeiros anos (1986 e 1987), conforme refere a Lei 46/85 de 20 de Setembro no artigo 12.º, n.º 3 e 4.

A tabela (II) dos factores acumulados, destina-se aos senhores que, não tendo procedido à actualização extraordinária das rendas em 86, poderão agora, ao abrigo do n.º 5 do art.º 6.º da Lei 46/85, aplicar a actualização global de 86 e 87, utilizando os valores da tabela mencionada.

Os factores de correcção a aplicar de Janeiro a Dezembro de 87, (constantes da tabela III) são os seguintes:

Rendas anteriores a 1977: taxa de 1.1275; rendas de 1977 a 79: taxa de 1.085.

Os arrendatários podem candidatar-se até ao fim de Janeiro, ao subsídio de renda, por força da actualização deste ano ou por força da actualização global de 86 e 87.

Aqueles a quem não foi atribuído o subsídio de renda, no primeiro ano, podem de novo habilitar-se à atribuição do mesmo em 1987, independentemente das suas rendas não sofrerem alteração pela não aplicação da portaria 648-A/86 de 31 de Outubro.



Bodas de Ouro Matrimoniais de Georgina de Sousa Fernandes Marques Vitó e Filipe Rodrigues Vitó

Seus filhos, nora, genro e netos, regozijam-se por esta feliz data e desejam as melhores felicidades para o futuro, pleno de saúde, paz e amor.

Espinho 12 Janeiro de 1987

atelier RIBEIRO

Projectos de:

Urbanizações, Loteamentos e Arquitectura

Cálculos de:

Estabilidade, Betão Armado, Redes de Águas e Esgotos

RUA 19 N.º 192 - 1.º ANDAR — TELEF. 723063

4500 ESPINHO

Centro Social Luso-Venezolano

A primeira fase desta grandiosa obra, será a construção do edifício-sede que terá cave, rés-do-chão e 1.º andar, e que poderá estar a funcionar dentro de dois anos, segundo nos foi revelado. Este edifício central irá ser dotado de um salão, com uma área de 800 m², para as principais festividades da colectividade. Terá várias secretarias, um restaurante com capacidade para 400 pessoas, uma adega regional, um bar típico, salas de jogos para homens e senhoras, sala para bebés, sala de chá, ginásios, vestíbulos, sala de TV e leitura, jardim infantil, sala de reuniões, exposições, etc., gabinete de direcção e ainda discoteca. Na fase seguinte, e obedecendo ao projecto, está prevista a construção, na área envolvente, totalmente arborizada, de um pavilhão gimnodesportivo, duas piscinas, sendo uma olímpica e outra para crianças, «courts» de ténis com instalações de apoio, campo de bolas criolhas, lago e ilha artificial, circuito de manutenção, ginásios, zonas verdes, jardins, mini-zoo, parques de estacionamento, zonas de recreio, etc..

O futuro Centro Social Luso-Venezolano é «a concretização de uma ideia feliz de um grupo de homens ex-emigrantes na Venezuela». Esta Associação sem fins lucrativos, com estatutos e regulamentos próprios, tem por objectivo a promoção de actividades sociais, culturais, recreativas e desportivas. Procura, de uma forma geral, dar resposta sócio-cultural e desportiva aos seus associados que tenham gosto pela vida sã e convívio fraterno.

RECEPÇÃO AS ENTIDADES

As entidades oficiais presentes nestas cerimónias foram recebidas no Salão Nobre da Câmara de Santa Maria da Feira, pelas 10,30 horas, conforme havia sido programado.

Rui Abrantes

ADVOGADO

Rua 18 n.º 582 - 1.º Esq.

Sala 3

Telef. 723811 — ESPINHO

Casa VERMAR

Etelvina da Silva Santos

Especialidade em arroz de marisco, Caldeirada e todos os géneros de Petiscos

Bons Vinhos - Bom Ambiente
RUA 2 N.º 1413 - ESPINHO

PARA COMPRAR BOM CAFÉ

Casa ALVES RIBEIRO

Torrefactor de Café

ESTABELECIMENTO DE VENDA AO PÚBLICO

RUA 19 N.º 294

ESPINHO

Lançamento da primeira pedra de uma obra impar em Portugal

Jacinto Gameiro, em representação da Presidência da República, Dr.ª Manuela Aguiar, secretária de Estado das Comunidades, Governador Civil de Aveiro, presidente da Câmara de S. Maria da Feira, presidente da Assembleia Municipal, presidente da Direcção do Centro Luso-Venezolano, Manuel Ferreira dos Santos, e um representante da Embaixada da Venezuela. Estas as individualidades que compunham a mesa para a sessão de boas-vindas.

O presidente da Câmara de S. Maria da Feira abriu a sessão, cumprimentando e agradecendo a todos os convidados pela sua presença. Prometendo todo o apoio possível à obra, finalizou a sua alocução pedindo que fosse transmitida ao sr. Presidente da República a «nossa admiração pelas atenções que sempre dispensou ao concelho de S. Maria da Feira».

Manuela Aguiar, nas breves palavras que proferiu, incentivou e desejou felicidades aos emigrantes que se abalçaram naquela tão grande obra.

Por fim, Jacinto Gameiro garantiu que a sua presença representava o testemunho da importância que o Presidente da República costuma dar às iniciativas deste tipo. «Quero felicitar-vos — disse a terminar — por esta iniciativa, e garantir-vos que o Governo está a acompanhar com interesse este projecto que, no fundo, vai contribuir para o desenvolvimento do poder local».

A cerimónia de boas-vindas chegou ao fim, após a entrega de três medalhas comemorativas da elevação da Vila da Feira a cidade de Santa Maria da Feira, aos representantes do Governo.

LANÇAMENTO DA PRIMEIRA PEDRA

Para além das entidades já referidas, assistiram ao acto da bênção litúrgica e ao lançamento da primeira pedra, que mar-

cará o início do Centro Social, o Consul da Venezuela, em Lisboa, a encarregada dos negócios da embaixada do mesmo país, representante do bispo do Porto e muitas outras individualidades convidadas, entre as quais, o presidente da Câmara de Espinho e vereadores. Centenas de pessoas afluíram ao lugar da Portela para assistirem ao lançamento da primeira pedra, assinalada com a data de 10 do corrente e na qual foi introduzido o pergaminho referente ao acto, com as assinaturas de todas as pessoas ligadas à Associação e de todas as entidades oficiais presentes.

De assinalar que foi o Rev. Padre Moura, da freguesia de Anta, que fez a bênção litúrgica da pedra. A dado momento disse «Oxalá estes homens consigam levar por diante esta obra. Ela prestará um serviço aos outros na construção da paz e da comunhão das pessoas entre si». Salientou ainda que «nada do que o homem faz é indiferente à Igreja».

ALMOÇO-CONVÍVIO

Finda a cerimónia, que teve foguetes e tudo, as entidades civis e militares, bem como os inúmeros convidados, num total de cerca de 500 pessoas, abandonaram o lugar da Portela, dirigindo-se para Valadares onde, no restaurante «O Braseiro», se reuniram para um almoço de confraternização.

O presidente da Direcção do Centro Social Luso-Venezolano, Manuel Ferreira dos Santos, no improviso que fez, agradeceu a presença de todos e afirmou que «o que nos anima é a equipa de trabalho de que dispomos». Seguidamente, e em traços gerais explicou como surgira a ideia e como foi possível chegar até aqui.

João Félix, secretário da Direcção, disse-nos que a ideia deste Centro Social surgiu «da necessidade de alguns ex-emigrantes se reintegrarem na sociedade portuguesa, procurando um local próprio, e com condições, para uma vida e um

convívio saudável».

«A nossa preocupação — continuou — é incentivar os nossos filhos e a juventude para a prática desportiva, cultural e recreativa, tentando reuni-los cada vez mais e desviá-los doutros caminhos, dando-lhes infra-estruturas que possibilitem uma sã convivência social».

Segundo a opinião de João Luís Félix, este empreendimento será «um dos maiores e o mais inédito do País, não só pela área que vai ocupar como também pela importância que vai ter no desenvolvimento sócio-cultural local».

Este complexo de grande envergadura, obra arrojada, sem dúvida, poderá ficar completo ao fim de 6 anos e o seu custo atingirá o meio milhão de contos, como nos afirmaram. Depois de concluídas todas as infra-estruturas e serviços de apoio, são inúmeras as actividades que poderão ser levadas a cabo. O Centro Social, estamos certos, pela sua grandeza e condições naturais, poderá proporcionar à comunidade que usufruirá dele, uma estabilidade e equilíbrio psico-social, bem como um verdadeiro local de clima saudável para o lazer, convívio e formação.

«Com uma quota trimestral, para gastos de manutenção, você usufrui de todas as regalias do Centro Social».

Para adquirir a jóia e para mais informações, os interessados poderão dirigir-se à sede provisória, sita na Rua 16 n.º 339-1.º, telef. 723685.

Sete trabalhadores ameaçados com desemprego

O patrão deixa a empresa chegar a situação difícil, a fábrica mais tarde ou mais cedo fecha e os trabalhadores vão para o desemprego. Esta é uma constante nos dias de hoje, sem que as pessoas responsáveis pela governação do País sejam capazes de pôr cobro a tal situação. Os trabalhadores na luta conseguem muitas vezes manter os seus postos de trabalho, não deixando que os patrões levem por diante as suas intenções.

Em Espinho também surgem casos destes e sete trabalhadores da construção civil do empreiteiro Joaquim Catarino de Araújo estão ameaçados de desemprego. Os problemas não são de hoje. Vai para dois anos que o patrão não paga os retroactivos, subsídios de férias e décimo terceiro mês. Os trabalhadores tudo foram fazendo para ultrapassar esta situação o mesmo não acontecendo por parte do empreiteiro, deixando inclusive de aparecer na obra onde os operários estavam a trabalhar. Ao sabermos deste caso, procuramos saber junto dos trabalhadores qual era o ponto da situação.

Da conversa que tivemos com os trabalhadores, aqui fica o que nos foi dito.

«Mesmo sem recebermos o que tínhamos direito, retroactivos, subsídio de férias e décimo terceiro mês, sempre tudo fizemos para cumprir com a nossa obrigação, o mesmo não acontecendo por parte do senhor Joaquim Catarino. A situação agudizou-se ainda mais quando a partir do início de Dezembro começamos a não ter material na obra onde estávamos a trabalhar. Como tínhamos consciência que sem trabalhar

não podíamos arranjar dinheiro para que nos fossem pagos o mês de Dezembro e o décimo terceiro mês, começamos a insistir com o empreiteiro para que levasse material para a obra. Aos nossos pedidos, respondia o senhor Joaquim que não havia problema e que o material estava para chegar. O tempo foi passando até que a partir do dia 19 de Dezembro ele deixou de aparecer na obra. Quem apareceu algum tempo depois foi um filho, que por sinal até nem faz parte da sociedade, com propostas que não vinham ao encontro dos nossos interesses, uma vez que não se responsabilizava com o dinheiro que tínhamos para receber, nem nos garantia os anos de casa. A única coisa que ele nos garantiu foi tomar conta da sociedade até que ficassem prontas as obras de que o pai tinha tomado conta.»

Como os trabalhadores não aceitaram a proposta do filho do empreiteiro, aquele ameaçou os trabalhadores com a intervenção da polícia, que nunca chegou a aparecer, com a intenção de os desalojar do posto de trabalho que nunca foi abandonado.

«Como, e apesar de todas as pressões a que fomos sujeitos, nunca abandonamos o nosso posto de trabalho, o empreiteiro aproveitou um fim-de-semana para trocar as fechaduras e desse modo impedir a nossa entrada na obra e cativar a nossa ferramenta.»

O dono da obra começou a não gostar da situação e então foi ter com o senhor Joaquim Catarino a quem disse que se ele não concluísse a obra que a dava a fazer a outro emprei-

teiro. De imediato o empreiteiro foi buscar cinco colegas que estavam a trabalhar noutra obra e no dia 5 de Janeiro eles foram ocupar os postos de trabalho que nos pertenciam e logo não faltou material para se acabar a obra».

Uns instantes de reflexão e o mesmo trabalhador a concluir: «Se para nós os sete não havia material para trabalhar e para os nossos colegas ele não falta, somos obrigados a pensar que o patrão estava a agir de má fé para connosco».

Solicitados pelos trabalhadores, estiveram presentes no dia 9 de Janeiro dirigentes sindicais com a intenção de resolverem o problema com a entidade patronal, mas tal não foi possível.

O porta-voz do grupo de trabalhadores terminaria dizendo que: «ao contrário do que diz o filho do empreiteiro, nós achamos que a firma é viável, sendo para isso só necessário que haja uma boa administração por parte do empreiteiro».

Foi enviada uma nota de culpa a todos os trabalhadores, alegando que eram malandros e malcriados — chamaram, segundo o patrão, burro e gatuno ao mesmo. Com base nisso, o empresário declarou a intenção de despedir os trabalhadores com justa causa.

Pelos trabalhadores em conflito foi pedida uma audiência ao Ministério de Trabalho e a presença da Inspeção de Trabalho para tomar conhecimento deste caso.

É assim, quase treze anos depois do 25 de Abril, que muitos trabalhadores vêem diariamente em perigo os seus postos de trabalho.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Interesses de Espinho estão acima de quem queira explorar a Zona de Jogo (Casino)

Uma sessão sem brilho, com os deputados a abusar da linguagem de pormenor e até das vírgulas. Não fora o facto político novo, introduzido numa moção do PS sobre a concessão da zona de jogo, e concordaríamos inteiramente com a deputada Dulce Campos. «Quem estiver a assistir a esta sessão, não vai perceber qual é o nosso trabalho, nem porque nos reunimos».

CIRCUITO DE MANUTENÇÃO FOI UM MARCAR DE POSIÇÃO

Esgotada a ordem de trabalhos em sessão anterior, eram

as recomendações do CDS e APU que preenchiam o programa.

A primeira, do CDS, reclamava o estudo desde já da implantação de «courts» de ténis nos terrenos destinados ao parque da cidade. Mas a prioridade escolhida vai para o Estádio Municipal. Rolando de Sousa intervinha apontando para isso mesmo, pedindo que não se dispersassem atenções nem dinheiros previstos. Também o centro de estágio para atletas a implantar no mesmo local fica apenas como recomendação, que a Câmara fará ou não a curto

prazo. Iluminar os actuais «courts» de ténis junto ao parque João de Deus. Isso sim, conseguiu introduzir José Peralta (PRD), que considerou ter o ténis três vertentes. «O ténis é ao mesmo tempo um desporto de alta competição, também desporto de massas e tem inegavelmente um propósito turístico».

«O circuito de manutenção foi logo construído, mais para marcar uma posição. Foi feito para que as pessoas que são contra, se convençam que o processo do parque da cidade e do complexo desportivo é irreversível» diria Rolando de Sousa.

SOLVERDE - Vida mais facilitada

Mais importante para a maioria da Assembleia Municipal passa agora a ser, não o concurso público para atribuição da concessão do jogo, mas que, com concurso ou simples prorrogação, sejam sempre acauteladas as reivindicações da autarquia. Em termos simples, a AM, com os votos contra da APU, deixa de se incomodar por exemplo que a Solverde consiga a prorrogação do jogo sem se submeter a concurso público com outros possíveis interessados, passando a exigir tão somente que a concessionária (esta ou outra) e o Governo, respondam ao que o Município (que agora tem carta branca) possa pedir como contrapartidas para Espinho. Esta nova posição (em Outubro último a AM reclamava

o concurso público como processo transparente) tem necessariamente importância política local, pois melhora substancialmente a posição da actual concessionária (pode agora dizer que tem o apoio da autarquia). Dizer com isto que o PS está a facilitar as coisas à Solverde, pode ser uma interpretação legítima mas, cremos, demasiado fácil. O tempo o dirá. Não se pode esquecer que o Governo também pode muito bem resolver por si a prorrogação e se assim o fizer, então a moção do PS referendada pela Assembleia aparece como antecipação esclarecida, procurando que Espinho não saia prejudicado. Parado parece estar o executivo que não estudou ainda as contrapartidas a pedir para

um ou outro caso e Rui Abrantes (APU) bem pregou (pelos vistos no deserto), no sentido de que «é agora, antes de se fecharem negócios, que podemos reivindicar, não depois dos factos consumados». De notar que Alcindo Ribeiro (PSD) esgrimiu ainda na defesa do concurso público como ponto primeiro, tendo mesmo discordado da sua colega de bancada Dulce Campos.

Perante informação de Rolando Sousa, no sentido de que a vereadora Elsa Tavares já tinha recebido a Associação de Futebol de Espinho, sobre o caso da cedência do campo de Cassufas aos clubes populares, Teixeira Lopes retirou a moção da APU que ia naquele sentido.

AUTARQUIA quer ser ouvida

Dado tratar-se de assunto relevante para Espinho, transcrevemos na íntegra a moção do PS, aprovada por larga maioria:

A Assembleia Municipal de Espinho, deliberou em 21.10.86: «Exigir do Poder Central a audição da Autarquia sobre o sentido que se prepara nas alterações às regras da concessão da adjudicação da Zona de Jogo de Espinho;

Exigir que a próxima concessão da Zona de Jogo seja atribuída por concurso público, onde conste claramente que a base de licitação tenha em conta as contrapartidas definidas pela Autarquia;

Solicitar ao Executivo Municipal que prepare urgentemente as contrapartidas a reivindicar na concessão».

O Partido Socialista sempre defendeu o princípio do concurso público, com a expectativa de que o mesmo à partida incluía como condição da adjudicação, a aceitação pelo Poder Central da inclusão nas condições do concurso, das contrapartidas prestadas à Zona de Jogo na qual se insere a concessão, contrapartidas essas indicadas como é lógico, pela Autarquia.

Contudo, o Partido Socialista não deseja bloquear qualquer ou-

tra forma diferente da do concurso público e porventura desejada pelo Poder Central eventualmente para salvaguarda das suas próprias contrapartidas, desde que de igual modo sejam acautelados os interesses reivindicados pela Autarquia.

Neste sentido, o grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Espinho, propõe:

a) Que a Assembleia Municipal de Espinho reitere as posições anteriormente tomadas na sessão de 21-10-86; (aprovado por unanimidade)

b) Que embora reafirmando que o princípio do concurso público seria a forma abstracta-

O QUE ELES PROMETERAM...

3 - Plano Director Municipal

Desta vez procurámos as intenções dos diversos partidos referentes ao Plano Director Municipal. Eis o resultado da pesquisa aos programas eleitorais.

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)

«Aceleraremos a concretização do Plano Director Municipal, instrumento indispensável para o desenvolvimento harmonioso e racional do nosso Concelho».

PARTIDO SOCIALISTA (PS)

«O crescimento e o desenvolvimento do Concelho de Espinho, devem merecer hoje uma particular e prioritária atenção do município. É necessário e urgente dotar a autarquia de um instrumento de gestão — Plano Director Municipal — que permita uma intervenção equilibrada e ordenada na utilização do espaço e dos recursos.

Por isso entendemos que devem ser desencadeados e acelerados os mecanismos indispensáveis à sua conclusão».

CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL (CDS)

«Concretizar, urgentemente, o Plano Director do Concelho».

ALIANÇA POVO UNIDO (APU)

«Lutaremos para que seja elaborado e entre em funcionamento um verdadeiro Plano Director do Município, que seja realizado com o acompanhamento permanente dos eleitos e que tenha em conta os reais interesses da população, que deverá ser auscultada sobre as grandes linhas de desenvolvimento integrado do concelho, sobre as áreas a privilegiar, sobre que futuro se pretende para Espinho. Lutaremos para que o Plano Director do Município constitua um ponto de amplo debate público em que participem todos os agentes sociais e económicos do concelho».

PARTIDO RENOVADOR DEMOCRÁTICO (PRD)

«Concretização urgente de um gabinete permanente de Gestão Urbanística que impulse e torne possíveis planos reais, com resposta rápida, evitando o erro sistemático ao recurso a planos desajustados da realidade, tornando-o assim um instrumento de transformação de Espinho nos diversos sectores: turismo, habitação, cultura, saneamento básico, desporto, preservação do ambiente, vias de acesso e transporte (...).»

Ler jornais é saber mais

mente mais correcta, mas atentas as condições da Lei (decisão da concessão, única e exclusivamente da competência do Governo), exige que, caso seja escolhida outra qualquer forma de concessão, nas negociações conducentes à mesma, estejam sempre presentes e em primeiro lugar, as reivindicações da Autarquia; (votos contra da APU e duas abstenções)

c) Que ao Executivo Camarário seja dada a confiança necessária para defender os inte-

resses da Autarquia, que deverá e saberá encontrar a melhor forma de acautelar os interesses do concelho; (aprovado por unanimidade)

d) Que o desenrolar de todo o processo seja comunicado a esta Assembleia, de modo a que os órgãos autárquicos municipais possam acompanhar de perto as negociações que se desejam claras e transparentes para bem de Espinho e dos espinhenses. (aprovado por unanimidade).

Casa Romeu

FILIPE RODRIGUES VITÓ & FILHOS, LIMITADA

Oculista Vitó

2 CASAS ONDE O BOM GOSTO IMPERA

R. 19 n.º 299 e 242 - ☎ 721433/723056 - ESPINHO

MODAS J. GOMES

PARA HOMEM E SENHORA

de José Gomes Fernandes

RUA 8 N.º 589 — LOJAS 1 e 3
GALERIA SABINUS — 4500 ESPINHO

EX-GERÊNCIA DA VALLY

CAFÉ e RESTAURANTE COPÉLIA

Almoços e Jantares
Serviço à lista

Especializado em
Casamentos e Baptizados
Grande variedade de
Petiscos

R. 23 n.º 808 - Tel. 723152
ESPINHO

Agência Funerária

N.º S.º D'AJUDA

de SANCEBAS & LUIS ALVES

— FUNERAIS COMPLETOS C/ CARRO PRÓPRIO

— TRANSLADAÇÕES NO PAÍS E NO ESTRANGEIRO

Se tiver a infelicidade de necessitar dos nossos serviços, consulte-nos

LARGO DO RIO LARGO, 12 — 4500 ESPINHO

Telefs. 725129 ou P. F. 721787

ANÁLISE, UM ANO DEPOIS

«Lito» Gomes de Almeida ponto por ponto (I)

Depois de ouvida a opinião dos partidos políticos, começamos, hoje, a passar em revista os principais aspectos da acção (ou inacção) e do pensamento político do Presidente da Câmara, «Lito» Gomes de Almeida.

1. ADMISSÕES — «Lamento dizer-lhe que se fizeram admissões na Câmara, desta forma: tantos do PS, tantos do CDS, tantos do PSD. Comigo isto não pode ser.» (JN 2-12-86)

Comentário: O presidente não deveria ficar-se apenas por uma afirmação que é grave e fácil de fazer se não for concretizada. Impõe-se que diga claramente quem tomou tais atitudes. Os eleitores têm o direito de saber como se comportam as pessoas em quem votam. A afirmação não passará de uma «boca» se não for fundamentada. Vai o presidente concretizar?

2. EMPREGOS — «Se não conseguir postos de trabalho e casas, abro falência» (DE 20-2-86)

Comentário: Um ano depois, face aos resultados, a falência está à vista. As medidas para criar mais empregos não apareceram e, em contrapartida, houve despedimentos na própria Câmara. Acresce que o novo quadro de pessoal reduz o pessoal operário com especial incidência nos operários especializados, em 15 elementos, isto é, menos 18 por cento.

E há tanta coisa para fazer que podia ser realizada pelos serviços da Câmara! Como o presidente disse nessa mesma entrevista, «sem dinheiro para comer e dormir não se vive». Mas não basta dizê-lo, é preciso agir em conformidade e não em sentido contrário. Para quando o cumprimento das promessas?

3. BAIRRO DA PONTE DE ANTA — «Desde já importa dar continuidade aos programas de habitação social iniciados (Ponte de Anta, etc.)» (DE 12-12-85)

Comentário: As obras de infra-estruturas não poderiam ter sido lançadas mais cedo? Não deveriam ser, de imediato, aprovadas as regras de alienação dos fogos para evitar mais atrasos? A venda dos lotes da Urbanização do Souto de Anta, já regulamentada no último mandato, só agora foi a hasta pública. Irá acontecer o mesmo com os fogos do Bairro da Ponte de Anta? Quererá o presidente elucidar-nos sobre o lançamento da 3.ª fase?

4. DESPARTIDARIZAÇÃO — «...quando digo despartidarizar a Câmara quero apenas dizer que fiz tudo para que o Executivo não fosse de algum modo prejudicado na sua acção por-

que este ou aquele elemento transportasse para o seu selo questões partidárias.» (JN 3-12-86)

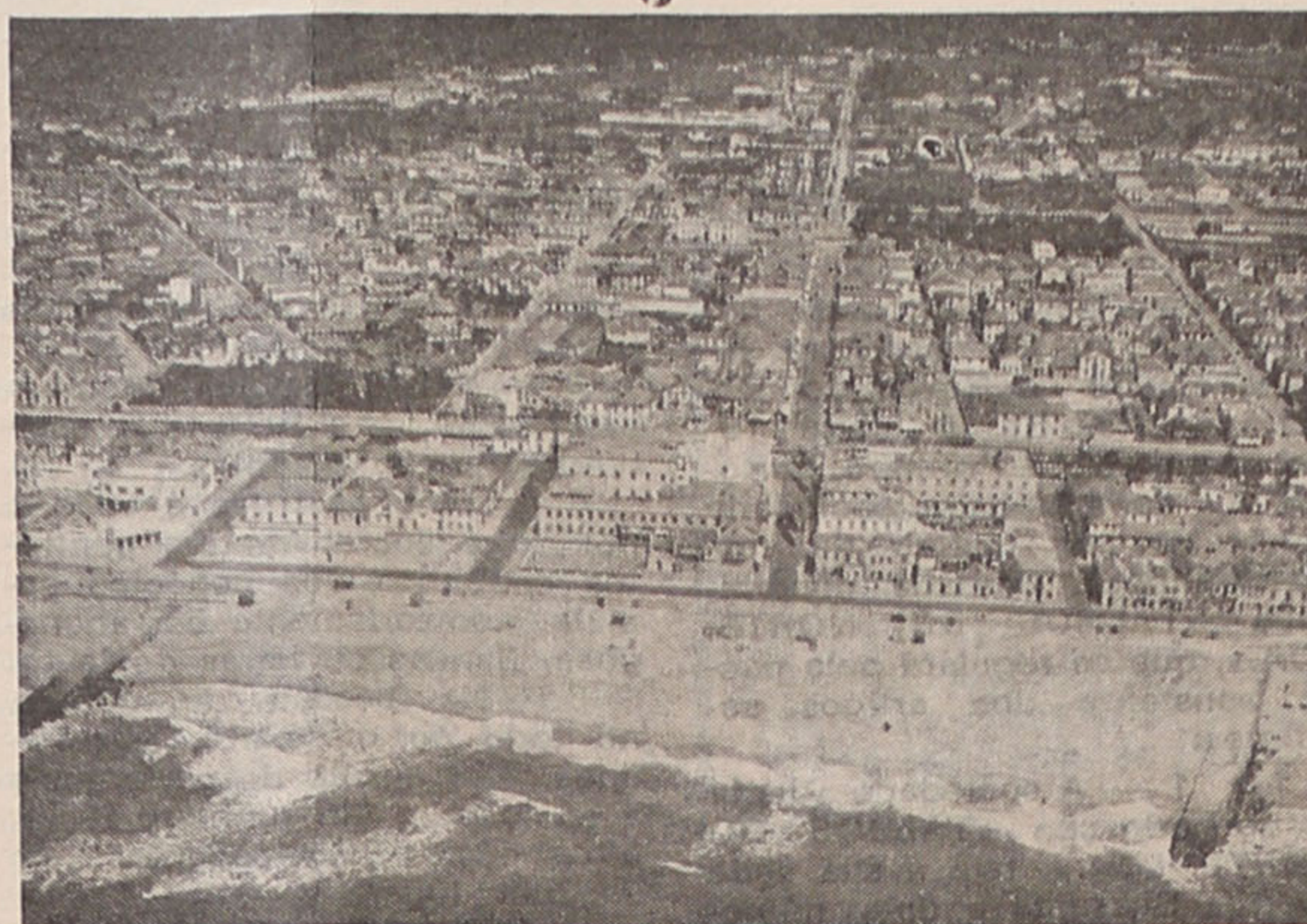
Comentário: Isto já é um lugar-comum afirmado por todos os Executivos anteriores e, de facto, parece que assim sucedia. Mas os problemas eram realmente discutidos pelas diferentes opções. Agora não se sabe como é porque os assuntos importantes não costumam ser tratados nas sessões públicas.

Fobia partidária, não! Mas também nada de sectarismo e condenação de propostas apenas pela sua origem partidária.

5. HABITAÇÃO — «É importante, antes de mais, fazer um levantamento e uma inventariação das carências reais neste domínio. Tenho consciência de que o problema não se pode resolver num mandato, mas desde já importa dar continuidade aos programas de habitação social iniciados (Ponte de Anta, etc.).»

Entretanto, e na sequência do referido levantamento, procurei diversificar as acções de combate à carência habitacional. Uma delas será a construção de habitações para venda a preços controlados, o fomento da urbanização de terrenos para venda a preços livres, o apoio a cooperativas de habitação e o desenvolvimento de planos de urbanização de terrenos para venda a preços de custo a fim de facilitar a construção de habitação própria.» (DE 12-12-85)

Comentário: O problema da habitação quer pela gravidade que assume, quer pela necessidade que constitui, é um dos temas preferidos em todas as campanhas eleitorais. E fazem-se afirmações «bonitas» como esta. Mas, um ano depois, cabe perguntar: o que é que já foi feito? Que resultados e conclusões foram tirados do levantamento (se é que já foi feito)? Que novos instrumentos, na Repartição Técnica da Câmara, foram criados para responder melhor e mais rapidamente às solicitações dos munícipes e do próprio Executivo? Como é que foi fomentada a construção de habitação própria? Onde estão os terrenos disponíveis para venda a preços de custo? Que é feito da proposta para a resolução do problema dos clandestinos apresentada por Rolando de Sousa há quase um ano? Enfim, poder-se-á dizer que um ano é pouco, mas também já é tem-



po suficiente para algum trabalho.

6. IMOBILISMO — «A razão maior da minha candidatura à presidência da Câmara reside na necessidade de tirar Espinho do



imobilismo e do atraso em que se encontra. A Póvoa é uma cidade de idênticas características e, todavia, nós estamos 20 anos atrasados em relação a ela.» (DE 12-12-85)

Comentário: Ainda não se vislumbra nenhum sinal de saída do immobilismo que o presidente apontou e já gastou um ano só a «apalpar o pulso à situação». Convinhamos que para um experimentado gestor foi tempo exagerado...

É hábito do presidente afirmar mas não justificar nem comprovar. É pertinente perguntar-lhe: Em que aspecto(s) considera que Espinho está vinte anos atrasado em relação à Póvoa do Varzim?

7. FUTURO — «Pelos suas condições e até pelas perspectivas da integração de Portugal na CEE, Espinho estará muito mais virado para o Turismo. Esta área tem uma face

própria, que não se confunde com dormitório, embora esteja muito próximos do Porto. É neste sentido que temos de tomar as opções.» (Antajornal Junho-86)

Comentário: Em várias decla-

rações o presidente já mostrou uma inclinação para a opção Turismo, no que diz respeito ao futuro de Espinho. Contudo, não conseguiu ainda pôr em funcionamento um instrumento fundamental para a definição da orientação geral do concelho nas próximas décadas: O Plano Director Municipal. Porquê? Quererá o presidente tomar medidas de curto prazo e da sua exclusiva responsabilidade, que poderão eventualmente pôr em causa outras opções mais indicadas? Não seria melhor avançar decididamente para a elaboração do PDM, com orientações políticas e estratégicas claramente definidas pelos órgãos do poder local, em vez de afirmações avulsas e desconexas?

8. GESTÃO — «A gestão» «Antes de tudo é descentralizadora. Estudei os problemas da Câmara e quando os compre-

endi em toda a sua extensão distribuí os pelouros pelas pessoas que me pareceram mais capazes. Cada pelouro tem uma quase autonomia e digo «quase» porque são os senhores vereadores desses pelouros que por vezes me pedem colaboração e eu, obviamente, não a nego. São completamente autónomos: esta é a minha base de trabalho.» (JN 3-12-86)

Comentário: Quem tem podido assistir às reuniões públicas da edilidade não ficou certamente com esta opinião. O presidente está em todos, quer pelo seu estilo pessoal (muito próximo do autoritarismo pedante e autoconvencido) quer pela escassa participação dos outros vereadores (normalmente bem comportados). A gestão da Câmara parece estar centralizadíssima não na acção do presidente mas na sua vontade. E ele tem conseguido, pelo menos em público, manifestações de unanimidade e de abrangência significativas, embora com um certo ar de serem mais aparentes do que reais.

9. MUSEU — «O edifício (da Brandão Gomes) vai ser recuperado (o corpo central) e nele instalaremos museus — provavelmente o museu do mar, biblioteca e outro equipamento para fins culturais.» (JN 3-12-86)

Comentário: A compra da Brandão Gomes tem sido proclamada como uma das grandes medidas do actual Executivo. Sem, naturalmente, contestarmos o interesse da recuperação e utilização para fins culturais daquele edifício, gostaríamos de ver definida e aplicada uma política cultural digna desse nome com objectivos claros de desenvolvimento cultural do concelho, com a recuperação concertada do património local, com a criação de espaços culturais vivos, com um correcto e justo apoio à actividade das colectividades. Mas isso para já ainda é uma questão adiada.

10. NÚMEROS (ELEITORAIS) — «Apesar disto, o PSD conseguiu passar de dois para três vereadores. Conseguiu também aumentar significativamente a sua votação em relação às anteriores eleições autárquicas, o que me leva, portanto, a deduzir que fomos buscar votos a todas as zonas.

Também reivindicado, e porque não, votos de todos os sectores, até da APU.» (DE 19-12-85)

Comentário: Com uma campanha que se pautou pela demagogia, pelas promessas irrealistas e pelos enormes meios de que dispôs, só muito dificilmente não poderia reivindicar votos em todos os sectores. Mas mais importante do que afirmações feitas no calor da vitória, é a concretização das promessas e a realização de um trabalho sério, competente e que promova realmente o bem-estar de todos os espinhenses. E neste campo o presidente ainda tem muito pouco ou nada para reivindicar.

**LER JORNAIS
É SABER MAIS**

RAICA

PRONTO A VESTIR
INSTITUTO DE BELEZA

Marcações pelo
telefone 722896

Crédito Gratuito

Rua 62 n.º 101 - ESPINHO

**JORGE RELVAS
MULTICOISAS**

DISCOTECA - RELOJOARIA
TV - APARELHAGENS DE
SOM - PORCELANAS
BRINQUEDOS - ETC.

AVENIDA 24 N.º 217

**Milton Pinho
Glória Rodrigues**

SOLICITADORES

RUA 28 N.º 583 - R/C
TELEF. 720584

**FONSECA
TECIDOS
MODAS**

Rua 19 n.º 275 - Tel. 720413

ESPINHO

**ALBUQUERQUE PINHO
FILOMENA MAIA GOMES**

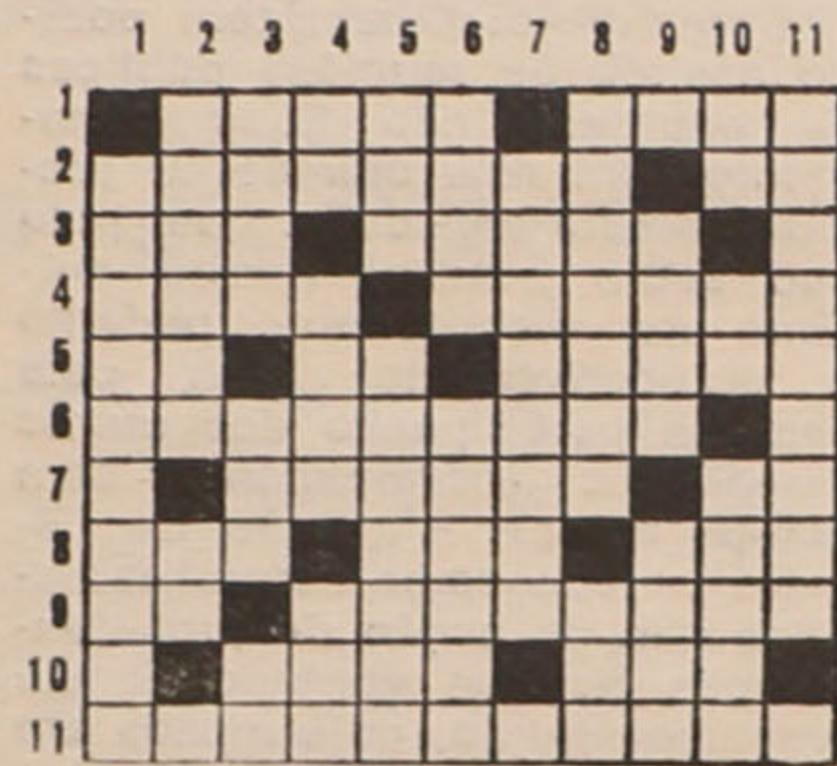
— ADVOGADOS —

ESCRITÓRIOS:
Rua Júlio Dinis, 778 - 4.º Dto.
Telef. 698704 4000 PORTO

Rua 19 n.º 343 - 1.º — Tel. 722964
4500 ESPINHO



PROBLEMA N.º 178



HORIZONTAIS

1 — Botequins; castigo. 2 — Carniceiro; eles. 3 — Juntei; soffro. 4 — Carimba; um edital baralhado. 5 — 99 romanos; ande; está no intestino grosso. 6 — Cooperar. 7 — Escondes; ali. 8 — Interpretar; 52 romanos; fazem-nos dois. 9 — Alternativa; águas-furtadas. 10 — A doença do século; ver. 11 — Relativos aos nomes próprios.

VERTICAIS

1 — Este é versado na arte musical. 2 — Pintá-lo é ralhár; o grande interesse do egosta. 3 — Destro; família; isolado. 4 — A nota do meio; garantia; a minha pessoa. 5 — Época; sacudida. 6 — Flecha; alvítras. 7 — Cruciais. 8 — Absolves; acolá. 9 — Um liró baralhado; um período após o 25 de Abril. 10 — Dificuldades; um António reduzido; faço como o cão. 11 — Registara.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA 177

HORIZONTAIS: 1 — Matreirice. 2 — Ui, Niassa. 3 — Rá, Mac, isto. 4 — Ama, lida, IT. 5 — Verdade, amo. 6 — Inferi, abus. 7 — Asdrúbal. 8 — Hon, eiradas. 9 — Anto, arfe. 10 — Sueca, Aa, il. 11 — Socorrera.

VERTICAIS: 1 — Maravilhoso. 2 — Amen, ONU. 3 — Tu, arfantes. 4 — Rim, dês, oco. 5 — Alarde, AC. 6 — Incidíria. 7 — Ri, de, urrar. 8 — Iaiá, abafar. 9 — Css, abade. 10 — Estimula, ir. 11 — Aotos, sala.

Ler jornais
é saber mais

Memórias do Alentejo

A PONTE

Ali, no fim do caminho, ligando ao caminho além, uma ponte de madeira erguia os pilares ao céu.

Pilares velhos, carcomidos, tal e qual as velhas guardas e o velho tabuleiro, igualmente de madeira.

Fora linda, já não é...
Já não serve para passar p'ro outro lado do rio.
Já foi útil, já não é...

Mas o caminho lá está à espera da ponte nova que o faça ser de novo um caminho a percorrer por cima daquele rio.

Um caminho p'ro futuro, ali, no fim do caminho.

Maria Alice Casal Ribeiro

SECRETARIA NOTARIAL DE V. N. DE GAIA
PRIMEIRO CARTÓRIO

Certifico para efeitos de publicação que, por escritura lavrada em 19 de Novembro corrente, a fls. 63, do livro 19-D, de notas do Primeiro Cartório, foi constituída a sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada denominada «TALHOS DO NORTE, LDA.», que se regulará pelo pacto constante dos artigos seguintes:

1.º 1 — A sociedade adopta a denominação «TALHOS DO NORTE, LDA.», tem a sua sede na Rua Sessenta e dois, número noventa e seis, da cidade de Espinho, e durará por tempo indeterminado, a contar de um de Dezembro do ano em curso.

2 — A gerência fica, desde já, autorizada a deslocar a sede dentro do concelho ou para concelho limítrofe.

2.º O objecto da sociedade consiste no comércio de carnes e seus derivados.

3.º O capital social é de QUINHENTOS MIL ESCUDOS, integralmente realizado em dinheiro, pertencendo do mesmo uma quota de duzentos e cinquenta mil escudos a cada um dos sócios Mário Alberto Oliveira Martins e Felisberto José Pereira dos Santos.

4.º 1 — A gerência, dispensada de caução, será exercida pelos dois sócios, que desde já ficam nomeados gerentes.

2 — Para obrigar a sociedade validamente em todos os seus actos e contratos, são ne-

cessárias as assinaturas de dois gerentes, em conjunto.

3 — Para os actos de mero expediente, é suficiente a assinatura de um gerente.

4 — Aos gerentes é vedado obrigar a sociedade em contratos estranhos aos negócios sociais, nomeadamente em abonações, fianças ou letras de favor.

5.º Na cessão de quotas, no todo ou em parte, a estranhos, têm direito de preferência a sociedade, em primeiro lugar, e os sócios não cedentes, em segundo lugar.

6.º Os gerentes poderão delegar os seus poderes de gerência, no todo ou em parte, por meio de procuração, em quem entenderem.

7.º No caso de falecimento ou interdição de qualquer dos sócios a sociedade continuará com os herdeiros do falecido ou representantes do interdição, devendo aqueles nomear de entre si um que a todos os presente enquanto a quota respectiva se mantiver indivisa.

8.º As assembleias gerais, desde que a lei não prescreva outras formalidades, serão convocadas por cartas registadas, dirigidas aos sócios com, pelo menos, dez dias de antecedência.

Está conforme. Secretaria Notarial de Vila Nova de Gaia, 26 de Novembro de 1986. Emendi «para»

O Ajudante da Secretaria

Manuel Joaquim Pardal

FERNANDO RODRIGUES LIMA

Distribuidor de papéis COLOWALL (com novas colecções para 1987/88) Vimura, Pareta, Parati, etc.

Descontos especiais para empreiteiros.

Saldos especiais durante Janeiro e Fevereiro

Trav. da Rua 5 (traseiras da Garagem Sousa) — Tel. 721739

ESPINHO

DUAS REVISTAS

«NOVA SEARA NOVA»

A «Nova Seara Nova» continua a sua publicação. Saiu, há dias, o seu número 8 (Set./Out. de 1986) do qual destacamos: artigos de Ulpiano Nascimento sobre a Esquerda e de Aquilino Ribeiro Machado sobre a Convenção da Esquerda Democrática; Jaime M. Costa Oliveira escreve sobre «O Acidente na Central Nuclear de Tchernobyl», Maria Helena Mira Mateus sobre a «política cultural que não temos» e, numa desenvolvida análise de Maria Eduarda Gonçalves, é abordada a relação entre a informática e os direitos individuais. Outros artigos, resenhas e poemas completam este número da Nova Seara Nova.

(Os interessados em assinar esta revista, devem dirigir-se à Seareiros — Cooperativa Cultural Editora, CRL — Apartado 2774 — 1119 Lisboa Codex).

«VÉRTICE»

Nas bancas pode encontrar mais um número da revista «Vértice», desta feita especialmente dedicado ao poeta José Gomes Ferreira, já falecido.

Nele se incluem estudos e ensaios, poemas, evocações de amigos, extractos de um diário inédito, etc. Uma revista cheia de interesse para os admiradores do grande poeta e para todos os que se dedicam ao estudo da literatura portuguesa contemporânea. A «Vértice» inclui estudos de Carlos Santarém Andrade, Casimiro de Brito, Fernando J. B. Martinho, Fernando Piteira Santos, António Ramos Rosa, entre outros. A evocação do poeta José Gomes Ferreira é feita por alguns dos amigos que com ele conviveram: Baptista-Bastos, Mário Dionísio, José Cardoso Pires, Urbano Tavares Rodrigues, Fernando Lopes-Graça, entre outros. Um número a não perder.

(Todos os interessados em assinar a revista podem dirigir-se à VÉRTICE — Rua Fernandes Tomás, 55-A-2.º 3000 COIMBRA)

RIFAS DA NASCENTE

10.ª SEMANA — 9/1/86

264 — José Queiroz	— 10.000\$00
907 — Modas J. Gomes	— 5.000\$00
255 — José Gorito	— 2.000\$00
064 — Gomes/Oscar	— 1.000\$00
164 — Jorge Ramiro	— 1.000\$00
364 — Fernando Azevedo	— 1.000\$00
464 — AIPAL	— 1.000\$00
564 — Guilherme Antunes Nuno	— 1.000\$00
664 — Guido Apolonia Nunes	— 1.000\$00
764 — António Dias Gomes Silva	— 1.000\$00
864 — Germano António Neto	— 1.000\$00
964 — Zé Neves	— 1.000\$00

Casa Travassos

Lembra-lhe que em tempo de austeridade a bicicleta é o seu transporte.

ANG. DAS RUAS 18 e 15
ESPINHO

Maria do Rosário Curral

Médica - Interna Psiquiatria

Consultas às 6.ª feiras das 15 às 20 horas

POLICLINICA CENTRAL

Telefs. 722111/723671

Novo Laboratório de Prótese Dentária

de ÂNGELO DE CARVALHO

A MAIS MODERNA E AVANÇADA TÉCNICA em Próteses Dentárias Acrílicas e Esqueléticas

RAPIDEZ — EFICIÊNCIA — Orçamentos grátis

Consertos com Serviço de urgência aos Sábados e Domingos

RUA 14 N.º 677 — TELEF. 720372 — 4500 ESPINHO

VISTA OS SEUS FILHOS NA

BOUTIQUE MI

Telef. 724174

Rua 62 n.º 113 - ESPINHO

A VARINA

Especialidades:

Arroz de marisco, Lulas, Caldeirada, Bacalhau, Rojões e as famosas papas de sarrabulho.

SERVIMOS PARA FORA

R. 2 n.º 1269 — ESPINHO
Telef. 724630

CONFEITARIA DOCE BELO

Secção de mercearia fina e Snack

De passagem, tome a sua «bica»

RUA 25 N.º 387

(entre as Ruas 16 e 18)

O Forno de Espinho

DE GOMES & PEREIRA, LDA.

Especialidades:

Pão de Centeio. Pão Holandes e Pão d'Água

Rua 19 n.º 1278 — ESPINHO — Tel. 725338

Casa MARRETA

Pedro da Silva Lopes

Especializada em: Arroz de marisco, Lulas, Enguias, Caldeiradas, Açorda de peixe, Bons vinhos

Rua 2 n.º 1355 — ESPINHO
Telef. 720091

Casa especializada em artigos para Noivas e acompanhantes

Comunhões, Lingerie e Pré-Mamã

ESPOSABELA

Rua 12 n.º 589 — 724203 — ESPINHO

FUTEBOL

2.ª Divisão Nacional

Espinho, 7 — Tirsense, 1

Golos coroaram exibição de luxo

Jogo no Estádio da Avenida, em Espinho.

Árbitro: Fernando Costa, de Lisboa.

Espinho — Silvino; Eliseu (João Carlos, aos 71 m.), Amândio, Toni e Rodolfo Coutinho; Nelo, Luís Manuel e Manuel Jorge; Pita, Ivan (Zé Albano, na 2.ª parte) e Pingo.

Tirsense — Zé Miguel; Tó Manel, Louro, Fonseca (Rogério, aos 38 m.) e José Carlos; Quim, Bravo, Borges e Vitinha; Daniel e Delgado.

Ao intervalo: 4-0. Marcadores: Pita (21 e 74 m.), Nelo 24 m., Pingo 25 e 60 m., Ivan 45 m., Eliseu 64 m. e Louro 83 m.

O futebol lento e desgarrado praticado pelas duas equipas nos primeiros quinze minutos de jogo, não fazia prever uma exibição de elevada qualidade por parte dos locais, nem uma vitória tão clara. Nesse período inicial foram os visitantes que mais perto estiveram de marcar, mas tanto Daniel, aos 13, como Borges, aos 20 minutos, não conseguiram finalizar os lances da melhor maneira.

O Espinho respondeu ao aproveitamento dos homens de Santo Tirso e, na primeira jogada de combinação do seu flanco direito, consegue inaugurar o marcador; tabela entre Eliseu e Pingo com este a abrir um enorme buraco na defensiva visitante para de seguida oferecer a Pita um golo de fácil conclusão. Estava assim aberta a porta para uma exibição de luxo e para a goleada.

Volvidos que foram 3 minutos, Nelo fazia o segundo golo dos «tigres» após passe de Eliseu. O jogo era todo do Espinho e no minuto seguinte era o 3-0 por Pingo a passe de Ivan. Três golos em tão pouco espaço de tempo arrumaram com os visitantes.

Ao caudal atacante do Espinho, não restava ao Tirsense outra alternativa que não fosse cuidar da defesa da sua baliza. Mesmo assim, aos 34, 35 e 36 minutos, o golo esteve quase a acontecer. Ainda na primeira parte, já em cima da hora, o Espinho chegaria ao 4-0 por intermédio de Ivan.

No segundo período o Tirsense apareceu mais afoito e poderia ter marcado por Daniel

aos 52 minutos. Passado este lance de perigo, logo os locais voltaram a comandar os acontecimentos, fazendo mais três golos no espaço de 14 minutos. Aos 60 minutos Pingo na conversão de um castigo máximo a castigar derrube a Zé Albano faz o quinto golo do Espinho; decorridos mais 4 minutos Zé Albano vai à linha de fundo centrar para Eliseu fazer 6-0; 74 minutos o mesmo Zé Albano a fugir de novo à defensiva visitante e a dar para Pita rematar, tabelando ainda a bola nas pernas de um defesa do Tirsense antes de entrar.

Aos 83 minutos os rapazes de Santo Tirso alcançam o ponto de honra, prémio para a sua entrega ao jogo. Até final foram do Tirsense as melhores oportunidades de golo, mas o resultado não voltou a sofrer alterações.

A equipa espinhense fez a melhor exibição da temporada, vindo a melhorar substancialmente de jogo para jogo.

Excelentes exibições de Pingo, Eliseu e Nelo.

A arbitragem do trio vindo de Lisboa foi de forma a merecer nota mais.

RESULTADOS DA SEMANA

ANDEBOL

Seniores Masc. — SCE, 32 — CPN, 22
Seniores Fem. — CDUP, 5 — SCE, 16
Juvenis Masc. — SCE, 41 — Vilanovense, 20

Três jogos que se saldaram em outras tantas vitórias. Os seniores masculinos garantiram já o apuramento para a fase final do campeonato nacional da 3.ª divisão, estando também os juvenis já apurados para a fase que dá acesso ao campeonato nacional.

FUTEBOL

Juiores — Pedorido, 0 — SCE, 4
Juvenis — Esmojães, 2 — SCE, 5
Iniciados — Lourosa, 1 — SCE, 1

As equipas do futebol juvenil voltaram aos bons resultados, sendo de realçar a vitória expressiva dos juvenis que com este resultado continuam a comandar a sua série.

HÓQUEI EM CAMPO

AAE, 2 — F. C. Porto, 4

Para apuramento do 5.º ao 8.º lugar a Académica de- frontou o F. C. Porto, acabando por sair derrotada.

HÓQUEI EM PATINS

Seniores — Carvalhos, 4 — AAE, 6
AAE, 8 — Esc. Livre, 6
Juvenis — AAE, 3 — F. C. Porto, 5
D. Ordem — AAE (V.F.C.)
Infantis — Inf. Sagres, 8 — AAE, 1
Iniciados — Inf. Sagres, 4 — AAE, 3

Consequindo duas preciosas vitórias no passado fim-de-semana, os seniores ascenderam ao 2.º lugar. Nos mais jovens nem uma só vitória.

VOLEIBOL

Seniores Masc. — SCE, 2 — F. C. Porto, 3
SCE, 3 — Esmoriz, 0
Nun'Álvares, 3 — AAE, 1
AAE, 3 — Castelo da Maia, 1
Juvenis Fem. — SCE, 3 — S. Mamede, 1
Leixões, 0 — SCE, 3
Iniciados Masc. — SCE, 3 — Leixões, 2
AAE, 3 — Esc. Esmoriz, 0

Os seniores da Académica sofreram a primeira derrota na presente temporada em jogos a contar para o campeonato. Para se sagrarem vencedores da zona terão que vencer no próximo sábado, no pavilhão Arq. Jerónimo Reis a turma do C. R. St.ª Isabel. De alto nível tem sido a prova das juvenis femininas. Mais uma equipa que vai estar na corrida pela conquista de um título nacional.

Tendo como ideia a angariação de verba para ajudar a suportar a deslocação da equipa sénior de voleibol à Checoslováquia, o Espinho está a passar um bilhete-rifa para o jogo da 2.ª mão a realizar em Espinho no dia 21 de Janeiro. O 1.º prémio é um emblema do clube em ouro e os 2.º e 3.º prémios são dois relógios. Se quer ajudar a secção de voleibol dos «tigres», compre quanto antes o dito bilhete.

VOLEIBOL

Seleções de Voleibol com resultados razoáveis

Podem-se considerar de razoáveis os resultados alcançados pelas seleções nacionais de voleibol, integradas de vários jogadores espinhenses, na campanha de finais de 86 e inícios de 87.

Em Viana do Castelo a selecção principal venceu o torneio internacional, ficando em segundo a selecção de esperanças, em terceiro a selecção de Viana e, em último, a selecção da Corunha.

Em Espanha, a selecção portuguesa de juniores teve um comportamento razoável, deixando algumas indicações positivas, para além da manifesta ausência de capacidade física para ombrear com as demais seleções. Mesmo assim não deixou de surpreender e deixar

bons apontamentos quanto à sua capacidade técnica e possibilidades futuras de evolução.

No primeiro torneio, disputado em Barcelona, Portugal quedou-se pelo sétimo lugar, entre nove equipas, perdendo com os espanhóis do Cisneros e do Salesianos, ambos os jogos por 0-2, sendo também derrotados pelos franceses do Montpellier, igualmente pela marca de 0-2, vencendo apenas a selecção da Catalunha por 2-0.

Neste torneio, além das equipas atrás referidas, participaram também outras de muito bom nível, como os clubes espanhóis Son Amar e Sanitas, os italianos do Panini Modene e a selecção da Argélia, obviamente da categoria júnior.

O grande vencedor deste tor-

neio foi o Salesianos de Madrid.

De Barcelona a selecção nacional seguiu para norte realizando uma série de jogos em Logroño, Miranda del Ebro e Burgos, juntamente com as seleções de juniores da Espanha e da Argélia.

Dos jogos efectuados, Portugal perdeu duas vezes com a Espanha por 3-1, mas com parciais muito equilibrados, vencendo uma vez por 3-2.

Com a Argélia, que apresentou a sua equipa de esperanças vencedora dos torneios, Portugal foi derrotado em 2 jogos por 3-0.

Mesmo assim a selecção deu mostras de, com muito trabalho, poder melhorar substancialmente a sua prestação competitiva.

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE ESPINHO ANÚNCIO

PELO PRESENTE se torna público que pelo 2.º Juízo do Tribunal Judicial de Espinho correm éditos de VINTE DIAS contados a partir da publicação do segundo e último anúncio, CITANDO os credores desconhecidos do executado JOSÉ DA SILVA PINTO, comerciante, residente no lugar de Tapadinha, Nogueira da Regedoura, comarca de St.ª Maria da Feira, para no prazo de DEZ DIAS, findos aqueles dos éditos, deduzirem, querendo, os seus direitos nos Autos de Execução Sumária n.º 158/85 que corre termos neste Juízo e em que é exequente JAIME DIAS DE SOUSA, LDA., sociedade por quotas com sede

no lugar de Moinhos, freguesia de Frazão, comarca de Paços de Ferreira, e executado o já identificado, desde que gozem de garantia real sobre o seguinte bem que ao executado foi penhorado:

Uma morada de casas de r/c e cave, tendo na cave um comércio, e o rés-do-chão destinado a habitação, sito no lugar da Tapadinha, freguesia de Nogueira da Regedoura, comarca de St.ª Maria da Feira, a confinar do sul com a estrada camarária, norte com o caminho poente com Joaquim da Silva Cesário e nascente com outro edifício do proprietário, descrita na Conservatória do Registo Pre-

dial com o n.º 00040/15.04.86, e inscrita na matriz sob o art.º 847-urbano, daquela freguesia.

Espinho, 6 de Janeiro de 1987

O Jufz de Direito,
Joaquim Costa de Moraes

A Escriturária,

Maria Teresa Pinto de Almeida Pedro

A. Moreira da Costa

CLINICA GERAL

Rua 19, 364 — Tel. 721218
2.ª e 6.ª feira

Rua 16, 789 — Tel. 722695
3.ª feira

ISAURA
CABELEIREIRA

Rua 16 n.º 752
Telefone 720461
ESPINHO

A Nova de Espinho

TINTURARIA e LAVANDARIA

Lavados a seco com rapidez
Tintos em todas as cores
LUTOS RÁPIDOS em 24 h.
Rua 22 n.º 495 - Tel. 721074
ESPINHO

Clinica Médica
N.5.ª da Ajuda



ATENDIMENTO PERMANENTE
URGÊNCIAS DOMICILIÁRIAS
ELECTROCARDIOGRAFIA — ANÁLISES CLÍNICAS
CENTRO DE ENFERMAGEM

Consultas de Especialidades:

DERMATOLOGIA — PNEUMOLOGIA — ALERGOLOGIA
CARDIOLOGIA — CIRURGIA — UROLOGIA — PEDIATRIA
MÉDICA — PEDIATRIA CIRÚRGICA — GINECOLOGIA
OBSTETRICIA — PSICOLOGIA CLÍNICA — PSIQUIATRIA
ORTOPEDIA — ENDOCRINOLOGIA e NUTRIÇÃO

RUA 16 N.º 789

TELEF. 722695

ESPINHO

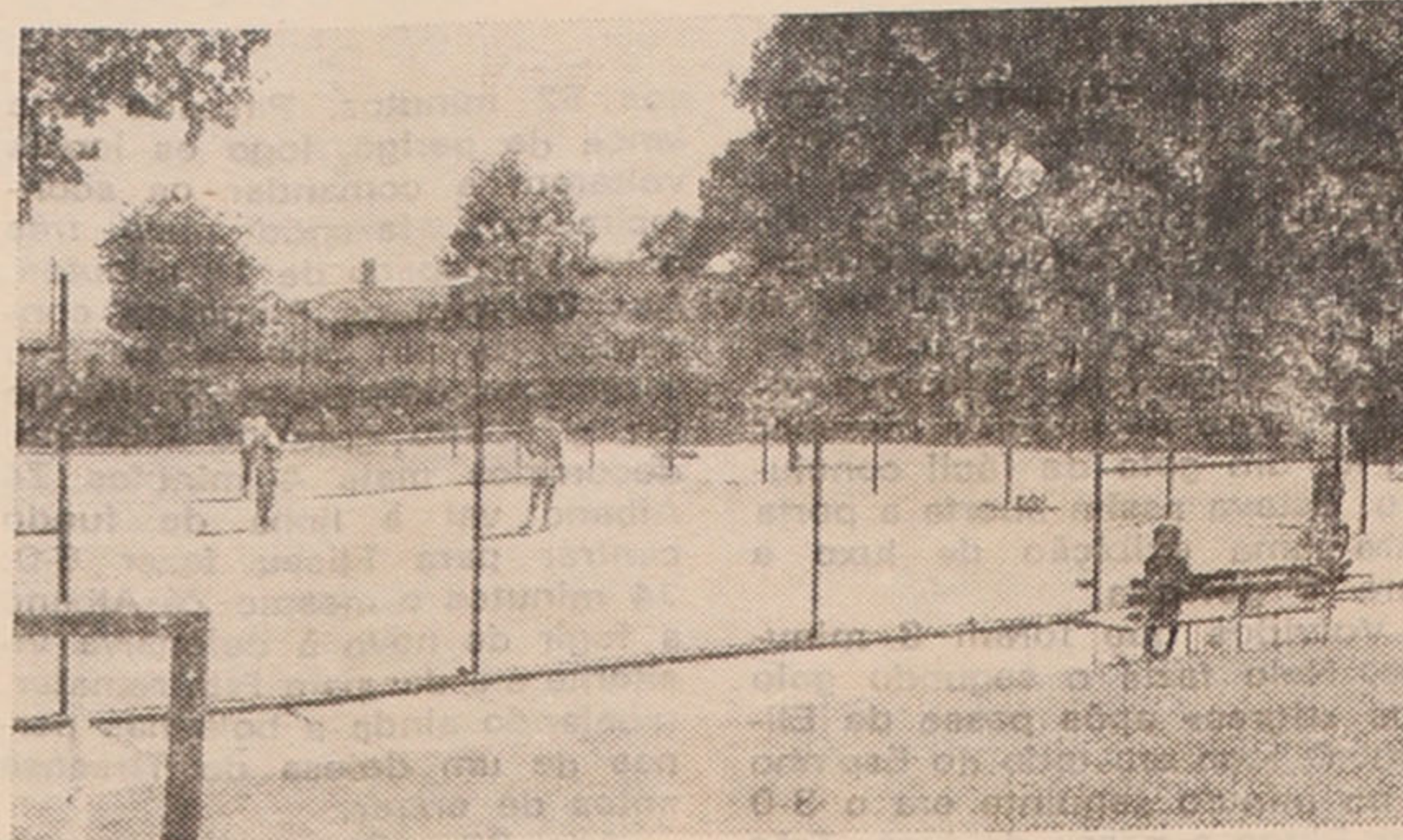
A Política Municipal em 1987

(2) - OS OBJECTIVOS

Prevendo a cobrança de receitas num montante fora do normal, a edilidade espinhense dispõe dum plano de actividades assente em três pilares, a Habitação, o Saneamento e o Abastecimento de Água. Constituído, de facto, áreas cruciais da actividade da autarquia, que se reflectem na satisfação de necessidades da população ou na diminuição de carências gritantes, estes investimentos surgem como corolário de políticas seguidas em mandatos anteriores e dependem de financiamentos externos (crédito bancário e acesso ao FEDER).

Mas, para lá do indiscutível e inevitável, quais as intenções da Câmara Municipal, quais as linhas de força para o corrente ano?

A partir do corpo principal do Plano de Actividades e da memória descritiva, inicia-se um certo esforço em conjugar os números com as palavras. Existem aspectos quantificados e não referidos, existem referências não quantificáveis, não existem outros aspectos ou outras perspectivas que se poderiam encarar como aceitáveis. Há uma declaração de esforços sempre louvável mas não pa-



Um desporto reduzido ao que existe e à boa vontade das colectividades. Quanto à edilidade, as prioridades são a eleição do melhor atleta e a reivindicação dum campeonato europeu...

de abandono ou da dinamização desportiva em conjunto com as colectividades locais.

3) — A Câmara Municipal adquiriu a Estalagem do Golfe e a antiga Fábrica de Conservas. Depois de ter sido ultrapassada por actos de vandalismo, fica-se pelo mutismo oficial quanto ao futuro pretendido.

4) — O Turismo será, de acordo com o Plano de Actividades, cumprido com a limpeza das praias e a (remota?) construção duma estalagem. O tão propalado programa de animação, com um já alvitrado festival gastronómico oscilante entre mariscos e carapaus, não foi apresentado à Assembleia Municipal, mantendo-se na inviolabilidade dum qualquer Olímpo.

5) — A política cultural é objecto de sete alíneas em estilo telegráfico e da promessa que algumas verbas, alimentadas por uma rubrica residual «Outras Despesas», possam vir a ser desviadas para as habituais transferências com destino às colectividades. Não se encontra, tal como noutros pontos, uma linha uniforme que liga as publicações e os levantamentos fotográficos, a preocupações de dinamização e de implementação dos equipamentos tão solicitados pela comunidade.

6) — O desemprego foi um dos pregões essenciais da campanha eleitoral. Ainda que não se reconheça no município uma vocação para gerador imediato de postos de trabalho, acredita-se que é possível incentivar os agentes económicos e levar a cabo acções de Organização dos Tempos Livres e de Formação Profissional, numa zona particularmente afectada pelo desemprego juvenil. Mas o Plano de Actividades não lhe faz qualquer referência.

As conclusões não apontam para uma apreciação tão positiva e incondicional, como a que a maioria da Assembleia (reduzida no seu efectivo normal) pretendeu transmitir. Existem opções para se gerir os destinos, mesmo que imediatos, dum concelho. Mas, há, também, factos a que será impossível virar a cara...

RASCUNHOS



Sou um espectador particularmente atento de um programa que medeia entre o telejornal e a telenovela da noite. Para quem vê televisão, fácil é concluir que se trata do Boletim Meteorológico. De tanto interesse pôr na sua visão, logo à primeira olhadela para o mapa que fica por trás do apresentador fico com uma ideia do que vai ser (será) o tempo de amanhã. Aqueles sinais convencionados que são apostos sobre o nosso quadrilátero da Península Ibérica interpretos quase que como um técnico. As setas indicam-me os ventos, mais ou menos fortes consoante a maior espessura do seu desenho. As nuvens com umas aspas triplas por baixo são sinal de aguaceiros ou mesmo chuva. Um sol sem nuvens é prenúncio de bom tempo. Uma seta ondulada refere-se ao movimento das águas marinhas. E continuaria por aqui fora se me não lembrasse que talvez esteja a ensinar o padre-nosso ao vigário uma vez que deva haver muito pouco telespectador que não deite um olhar bastante atento ao tal boletim dos mandachuvas.

É que quem vai ao mar aparelha-se em terra e há que saber com a possível antecipação se devemos ter à mão no dia seguinte o guarda-chuva ou a toalha da

praia. E esta atenção é merecida porque as previsões são de um modo geral bastante próximas da realidade futura. Claro que há excepções de volta em volta, mas muitas vezes elas são mais fruto de as coisas não estarem a correr como nós desejariamos ou precisaríamos do que propriamente de uma má interpretação técnica das fotos fornecidas pelos satélites. Não existe ainda a mãe do futuro meteorólogo que possa garantir-nos o sol na eira e a chuva no nabal.

Ora este programa dos tempos dá-nos as temperaturas registadas em todo o País, um País que não vai só de Valença a Vila Real de Santo António mas se estende também aos arquipélagos da Madeira e dos Açores. E fornece-nos as quantidades de precipitação nas mesmas zonas. E diz-nos se houve muito ou pouco vento. E também faz as previsões para o dia imediato. Mas, daqui para diante, faz uma coisa que não percebo: dá-nos a previsão do tempo, para o continente e para a Madeira no que respeita a depois de amanhã, omitindo completamente qualquer prognóstico no que respeita aos Açores. Pelo que tenho observado, não é difícil saber qual vai ser o tempo no arquipélago, porque quase todo o santo dia chove nas ilhas todas. Mas, francamente, não se tratará de uma discriminação? Era bom pôr os Açores ao nível do nordeste transmontano no que respeita a palpites dos meteorólogos, não vá isto vir a ser mais um pretexto para juntar ao já tão badalado caso das bandeiras.

Carlos P. Morais

rece existir um fio condutor capaz de dar uma unidade à política autárquica.

AS INTENÇÕES E OS FACTOS

Ao contrário de anteriores, esta Câmara Municipal tem sido pródiga em declarações públicas, através de contactos com alguns órgãos de comunicação. Nos jornais locais e nacionais, nas rádios ou na televisão, lá aparecem intenções bem expressas. É o Plano Director Municipal já aí na berra, é a antiga «Brandão Gomes» anunciada como futuro centro cultural e a merecer honras de fotografia em «technicolor», é o plano de animação turística com foros de ineditismo a encher o segundo canal da televisão.

Entretanto, o Plano de Actividades é omissivo ou ambíguo. O que é declarado sem reticências na praça pública, merece tratamento discreto quando se passa à formalização. Perante o órgão deliberativo, responsável mandatado para apreciação da conduta do executivo, apresentam-se números e entrelinhas, ao invés duma declaração inequívoca do que se pretende fazer em todos os domínios e dos seus reflexos em termos financeiros, numa previsão alargada para lá dum ano, que Roma e Pavia não se fizeram num dia. No local adequado para as grandes decisões para uma certa brisa de desencanto, apenas se cumprem formalidades com muitas cautelas.

AS OMISSÕES

Sem querer entrar numa análise exaustiva, é possível encontrar pontos tratados ao de leve no Plano ou, simplesmente, não contemplados, e que se nos afiguram de vital importância.

1) — O Plano Director Municipal não surge como uma

prioridade da Câmara Municipal, mas é apenas objecto de modesta verba para estudos e projectos. Não se sabe quais as intenções, os meios e os prazos. O senhor presidente disse, em sucessivas entrevistas, que é a favor de planos parciais e faseados, elaborados por técnicos da autarquia. O Plano de Actividades não diz nada!

2) — O Complexo Desportivo continua a merecer uma repetição anual de verbas para as primeiras fases. O senhor presidente tem afirmado que se têm feito progressos no diálogo com os proprietários que não concordam com as expropriações. O programa dedicado ao Desporto fala na eleição do melhor atleta, na ginástica para as escolas e no Campeonato da Europa de Voleibol. Também nada se diz da animação e manutenção do circuito em estado

COOPERATIVA NASCENTE

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ao abrigo das disposições estatutárias, convoco uma Assembleia Geral Extraordinária da Cooperativa Nascente para reunião a ter lugar na sede da Cooperativa, no sábado, dia 31 do corrente mês, pelas 15,30 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 — Discussão e aprovação do provável aumento da quotização dos associados da Nascente e do «Maré Viva»
- 2 — Discussão de qualquer assunto de interesse para a Cooperativa.

Espinho, 15 de Janeiro de 1987

O Presidente da Assembleia Geral
Augusto Marinho da Mota

NOTA: Se á hora convocada não estiver presente mais de metade dos cooperadores com direito a voto, a Assembleia reunirá uma hora depois com qualquer número de cooperadores.

ANTA

A Assembleia de Freguesia de Anta não aprovou o Plano de Actividades e Orçamento apresentados pela Junta de Freguesia de Anta.

Os documentos voltaram à Junta para serem refeitos, pois além de questões formais, logo no preâmbulo, continha inconstitucionalidades nas propostas e rasuras diversas nos números apresentados.

Já que não se é inovador nas propostas, ao menos que se seja correcto na apresentação, respeitando os Órgãos Autárquicos.

maré viva

ESPINHO



PORTE
PAG

A Biblioteca Gullonkian
Rua 21 - ESPINHO

